



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

SUPRAM TRIÂNGULO MINEIRO - Diretoria Regional de Regularização Ambiental

Parecer nº 86/SEMAD/SUPRAM TRIANGULO-DRRA/2020

PROCESSO Nº 1370.01.0015351/2020-83

Parecer Único de Licenciamento Simplificado Processo SLA 1052/2020			
Nº Documento do Parecer Único Vinculo ao SEI: 13860266/2020			
Processo SLA 1052/2020		SITUAÇÃO: Sugestão pelo Deferimento	
EMPREENDEDOR:	Agropecuária Longhi LTDA	CNPJ: 22.165.914/0001-45	
EMPREENDIMENTO:	Agropecuária Longhi I, II e VI	CNPJ:	-----
MUNICÍPIO:	Romaria / MG	ZONA:	Rural
COORDENADA GEOGRÁFICA: 18° 58' 17.067" S 47° 36' 24.464" W			
CRITÉRIO LOCACIONAL INCIDENTE: -----			
CÓDIGO:	ATIVIDADE OBJETO DO LICENCIAMENTO (DN COPAM 217/2017):	CLASSE	CRITÉRIO LOCACIONAL
G-01-03-1	Culturas anuais, semiperenes e perenes, silvicultura e cultivos agrossilvipastoris, exceto horticultura	03	0
CONSULTORIA/RESPONSÁVEL TÉCNICO:		REGISTRO:	
Leidyane Godinho Silva (engenheira sanitária e ambiental)		ART 1420190000000 5924681 CTF 6107222	
AUTORIA DO PARECER		MATRÍCULA	
Mariane Mendes Macedo Gestora Ambiental		1.325.259-8	

De acordo:

Rodrigo Angelis Alvarez

1.191.774-7

Diretor Regional de Regularização Ambiental



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Angelis Alvarez, Diretor(a)**, em 30/04/2020, às 13:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Mariane Mendes Macedo, Servidor(a) Público(a)**, em 30/04/2020, às 16:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

[http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **13861863** e o código CRC **2A97B18E**.

Referência: Processo nº 1370.01.0015351/2020-83

SEI nº 13861863



Parecer Técnico de Licença Ambiental Simplificada (RAS) nº 13860266/2020

O empreendimento Agropecuária Longhi I, II e VI, matrículas 40.278, 40.279, 39.700 e 39.721, atua no ramo das atividades agrossilvipastoris, como atividade principal a cultura anuais, no município de Romaria/MG. Em 18/03/2020 foi formalizado o processo SLA 1052/2020 de Licenciamento Ambiental Simplificado (LAS), via Relatório Ambiental Simplificado (RAS), número de solicitação 2020.01.01.003.0004330. No dia 24/03/2020 solicitou-se informações complementares, que foram respondidas no dia 27/04/2020.

A atividade do empreendimento objeto deste licenciamento é Culturas anuais, semiperenes e perenes, silvicultura e cultivos agrossilvipastoris, exceto horticultura, com o plantio de soja (485,00 ha), milho (485,00 ha) e sorgo (973,00 ha), totalizando uma área útil de 991,5092 ha, também realizando rotação de culturas, com plantio de O empreendimento está localizado nas coordenadas geográficas 18° 58' 17.067" S 47° 36' 24.464" W. Sua área total do empreendimento corresponde à 1190,0157 ha, sendo 0,06 ha de área construída, com presença de 38 funcionários fixos e 01 família residente.

Na área do empreendimento há remanescente de formações vegetais nativas de Cerrado, com presença de curso d'água, nascente e reservatório artificial, que se encontram cercados. Apresentaram-se o CAR – Cadastro Ambiental Rural da fazenda, com número de registro: MG-3156403-177E.617C.4282.4F59.8E69.FE94.DB75.2089, com manifestação à adesão ao PRA – Programa de Regularização Ambiental.

A atividade desenvolvida na propriedade é de culturas anuais, sendo feito o plantio de milho e soja na proporção de 50% para cada, sendo áreas irrigadas através de pivô central e outras áreas de sequeiro, após a colheita do milho e da soja e é realizado o plantio de sorgo como safrinha.

Para a finalidade de irrigação, lavagem de pisos e equipamentos e consumo humano o empreendimento possui a outorga 608/2014, que se encontra em renovação pelo processo de outorga 27860/2019.

Como manejo do solo, informaram-se que seu preparo é feito através de plantio direto, e aplicação de tecnologia de rotação de culturas. Ainda, apresentaram-se que de acordo com o Zoneamento Ecológico do Estado de Minas Gerais, o município de Romaria apresenta-se em uma região de baixa declividade tendo áreas predominantemente planas, com predominância de latossolo vermelho.

O controle fitossanitário é realizado a partir do controle químico e adoção do Manejo Integrado de Pragas (MIP). Na propriedade ocorre a manutenção de equipamentos e veículos, e ainda há um tanque de abastecimento.

Dentre os impactos ambientais gerado pela atividade do empreendimento, há a geração de resíduos sólidos (embalagens de defensivos agrícolas e resíduos domésticos) e efluentes líquidos



Continuação Parecer Técnico de Licença Ambiental Simplificada (RAS) nº 13860266 /2020

sanitários (dos sanitários, de água lavagem de pisos e equipamentos, de água de lavagem de produtos agropecuários, de pia de cozinha e oleoso).

As embalagens de defensivos agrícolas são entregues à Copamil; os resíduos domésticos são destinados ao aterro do município de Romaria/MG e os resíduos oleosos são destinados à empresa RS Lubrificantes. No entanto, foi proposto a adoção da implantação do Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS) no empreendimento, que também contemplará o descarte correto dos resíduos recicláveis.

Os efluentes sanitários são tratados em fossa-séptica; os de água de lavagem de equipamentos e maquinários são direcionados à Caixa Separadora de Água e Óleo (CSAO). As embalagens de produtos agropecuários passam pelo processo de tríplex lavagem no próprio local de sua devolução. Os efluentes gerados nas pias de cozinhas são destinados à caixa de gordura e o óleo de descarte é destinado à empresa RS Lubrificantes.

Como demais impactos gerados na propriedade, listaram-se danos ao solo, geração de ruídos e emissão atmosféricas. Por isso, foram propostos como medidas mitigadoras a implantação de terraços, construções bolsões e práticas conservacionistas do solo, e ainda a manutenção periódica de máquinas, veículos e equipamentos.

Apresentaram-se os Programas de Monitoramento e Ambiental e Educação Ambiental. O Programa de Monitoramento Ambiental contempla a implantação do Projeto Técnico de Restauração Florestal (PTRF).

Cita-se, ainda, que outros impactos ambientais relevantes não foram identificados e registrados no RAS, fato este que corrobora para o posicionamento técnico favorável à concessão da licença ambiental pleiteada.

Em conclusão, com fundamento nas informações constantes do Relatório Ambiental Simplificado (RAS), sugere-se a concessão da Licença Ambiental Simplificada ao empreendimento Agropecuária Longhi I, II e VI", matrículas 40.278, 40.279, 39.700 e 39.721, para a atividade de Culturas anuais, semiperenes e perenes, silvicultura e cultivos agrossilvipastoris, exceto horticultura, no município de Romaria/MG, pelo prazo de 10 anos, vinculada ao cumprimento das condicionantes estabelecidas no anexo deste parecer, bem como da legislação ambiental pertinente.

Este parecer técnico foi elaborado com base unicamente nas informações prestadas no Relatório Ambiental Simplificado (RAS) e demais documentos anexados aos autos do processo. Não foi realizada vistoria ao local, sendo portanto o empreendedor e, ou consultor o(s) único(s) responsável(is) pelas informações prestadas e relatadas neste parecer.



ANEXO I

Condicionantes para Licença Ambiental Simplificada do empreendimento Agropecuária Longhi I, II e VI, matrículas 40.278, 40.279, 39.700 e 39.721

Item	Descrição da Condicionante	Prazo*
01	Executar o Programa de Automonitoramento, conforme definido no Anexo II, demonstrando o atendimento aos padrões definidos nas normas vigentes.	Durante a vigência da licença

* Salvo especificações, os prazos são contados a partir da data de publicação da Licença na Imprensa Oficial do Estado.

IMPORTANTE

- Os parâmetros e frequências especificadas para o programa de Automonitoramento poderão sofrer alterações a critério da área técnica da SUPRAM TM/AP, face ao desempenho apresentado;
- A comprovação do atendimento aos itens deste programa deverá estar acompanhada da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), emitida pelo(s) responsável(eis) técnico(s), devidamente habilitado(s);
- Os relatórios e análises de laboratórios deverão estar em conformidade com a Deliberação Normativa COPAM nº 216, de 27 de outubro de 2017

Qualquer mudança promovida no empreendimento que venha a alterar a condição original do projeto das instalações e causar interferência neste programa deverá ser previamente informada e aprovada pelo órgão ambiental.



ANEXO II

Programa de Automonitoramento da Licença Ambiental Simplificada do empreendimento Agropecuária Longhi I, II e VI, matrículas 40.278, 40.279, 39.700 e 39.721

Resíduos sólidos e rejeitos

1. Resíduos sólidos e rejeitos abrangidos pelo Sistema MTR-MG

Apresentar, semestralmente, a Declaração de Movimentação de Resíduo – DMR, emitida via Sistema MTR-MG, referente às operações realizadas com resíduos sólidos e rejeitos gerados pelo empreendimento durante aquele semestre, conforme determinações e prazos previstos na Deliberação Normativa Copam 232/2019.

Prazo: seguir os prazos dispostos na Deliberação Normativa Copam nº 232/2019.

2. Resíduos sólidos e rejeitos não abrangidos pelo Sistema MTR-MG

Apresentar, semestralmente, relatório de controle e destinação dos resíduos sólidos gerados conforme quadro a seguir ou, alternativamente, a DMR, emitida via Sistema MTR-MG.

Prazo: seguir os prazos dispostos na DN Copam 232/2019.

RESÍDUO				TRANSPORTADOR		DESTINAÇÃO FINAL			QUANTITATIVO TOTAL DO SEMESTRE (tonelada/semestre)			OBS.
Denominação e código da lista IN IBAMA 13/2012	Origem	Classe	Taxa de geração (kg/mês)	Razão social	Endereço completo	Tecnologia (*)	Destinador / Empresa responsável		Quantidade Destinada	Quantidade Gerada	Quantidade Armazenada	
							Razão social	Endereço completo				

(*)1- Reutilização

6 - Co-processamento

2 – Reciclagem

7 - Aplicação no solo

3 - Aterro sanitário

8 - Armazenamento temporário (informar quantidade armazenada)

4 - Aterro industrial

9 - Outras (especificar)



5 - Incineração

2.1 Observações

- O programa de automonitoramento dos resíduos sólidos e rejeitos não abrangidos pelo Sistema MTR-MG, que são aqueles elencados no art. 2º da DN 232/2019, deverá ser apresentado, semestralmente, em apenas uma das formas supracitadas, a fim de não gerar duplicidade de documentos.
- O relatório de resíduos e rejeitos deverá conter, no mínimo, os dados do quadro supracitado, bem como a identificação, registro profissional e a assinatura do responsável técnico pelas informações.
- As doações de resíduos deverão ser devidamente identificadas e documentadas pelo empreendedor.
- As notas fiscais de vendas e/ou movimentação e os documentos identificando as doações de resíduos deverão ser mantidos disponíveis pelo empreendedor, para fins de fiscalização.